

Rede Internacional de Gênero e Comércio
Boletim Mensal (IGTN) Vol. 4 n° 4
Maio de 2004
Informes atuais da ONU e OMC / IGTN em Ação
www.IGTN.org

Informes atuais da IGTN sobre a UNCTAD XI e a ICESCR

- ♣ São Paulo acolhe a UNCTAD XI – Graciela Rodriguez, IGTN – Brasil
- ♣ Impressões sobre o Futuro da UNCTAD após sua 11ª Reunião: A Próxima Disputa de Forças – Aldo Caliarì, Projeto Repensando Bretton Woods / *Center of Concern*
- ♣ Renovado o Mandato do Grupo de Trabalho da ONU sobre um Protocolo Facultativo da ICESCR – WIDE

Notícias de Genebra

- ♣ Informes da OMC – Alexandra Strickner e Carin Smaller, TIP / IATP

IGTN em Ação

- ♣ Assinando o CAFTA – Farah Nageer, Secretária da IGTN, USGTN
- ♣ Oficina de Capacitação para Treinadores na Ásia Central
- ♣ Seminário Regional da América Latina e Caribe: Globalização e Liberalização do Comércio

NOTÍCIAS DE GÊNERO E COMÉRCIO

- ♣ Novos Recursos
- ♣ Links relacionados

São Paulo acolhe a UNCTAD XI

Graciela Rodriguez, IGTN-Brasil

De 11 a 18 de junho de 2004, a cidade de São Paulo irá sediar a 11ª Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Trata-se de uma organização intergovernamental da ONU que foi formada na década de 1960 para lidar com questões de comércio e desenvolvimento através de um processo integrado. Concentra-se em três áreas: (1) desenvolvimento de análises, pesquisas e estatísticas; (2) assistência técnica para os países em desenvolvimento; e (3) apoio nas negociações. A UNCTAD tem cumprido um papel histórico de fórum multilateral para o apoio à formulação de políticas nacionais e internacionais que ajudem a desenvolver os países pobres.

A 11ª sessão da Conferência irá reunir delegados de mais de 180 governos, instituições internacionais e uma gama de representantes da sociedade civil para suscitar a organização a definir seus compromissos e estratégias de promoção de metas nacionais de desenvolvimento que sejam compatíveis com os processos econômicos globais como o comércio.

O documento que traça as bases para a conferência se organiza em torno dos seguintes sub-temas: (1) estratégias para o engajamento na economia internacional através da globalização; (2) fortalecimento da capacidade produtiva e da competitividade internacional; (3) obtenção de benefícios materiais a partir do engajamento no sistema econômico internacional e nas negociações do comércio; e (4) associações para o desenvolvimento.

Apesar de sua história desde meados da década de 1960 até os anos '80, período em que a UNCTAD suplantou seu mandato através de políticas progressistas, a organização parece vir perdendo relevância desde 1986 com o lançamento das negociações da Rodada do Uruguai dentro do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT). Esse processo se intensificou com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 quando os países desenvolvidos começaram a consolidar uma estratégia de exploração dos recursos globais através de uma postura agressiva de atendimento às suas demandas.

O contexto do fracasso das negociações internacionais do comércio em Cancun na 5ª reunião ministerial da OMC e também em Puebla na reunião ministerial da ALCA revela que podem surgir diferentes alternativas contrárias nos campos político e econômico. Neste sentido, a realização da reunião da UNCTAD neste momento apresenta uma oportunidade propícia para o avanço de novas propostas e o papel da sociedade civil neste importantíssimo processo.

A participação de organizações da sociedade civil foi alentada pela UNCTAD sob a égide dos respectivos governos que a integram. As organizações da sociedade civil começarão suas atividades com um fórum marcado para dois dias antes do início oficial da conferência, em 11 e 12 de junho de 2004, com a intenção de elaborar uma declaração internacional da sociedade civil para a UNCTAD XI. Essa declaração será lida por uma representante da sociedade civil na cerimônia de abertura oficial da UNCTAD no dia 13 subsequente. O fórum da sociedade civil abordará temas e discussões pertinentes à reunião oficial da UNCTAD.

A organização estará a cargo de um comitê internacional e um comitê nacional de organização chefiado pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG) e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), contando ambos comitês com a colaboração da IGTN. Este fórum busca contribuir com o processo de posicionamento internacional da sociedade civil em relação aos temas em discussão na conferência.

Para obter maiores informações, visite:

www.forumsociedadcivil.org.br ou
www.forumsociedadcivil@uol.com.br.

Para ler as apresentações da IGTN nas audiências da sociedade civil pré-UNCTAD XI, visite:

<http://www.igttn.org/Updates/updates.html>.

UNCTAD XI: Perspectivas para o Futuro da UNCTAD ao Tratar Diferenças Políticas

Aldo Caliarí, Projeto Repensando Bretton Woods / *Center of Concern* (Washington)

As negociações preparatórias para a UNCTAD XI, marcada para o período de 11 a 18 de junho em São Paulo, Brasil, foram marcadas pelas mesmas diferenças crassas entre os países industriais e os em desenvolvimento que têm caracterizado outros encontros internacionais nestes últimos anos. Essas diferenças estão ligadas à direção que o processo de globalização segue atualmente, os papéis relativos que instituições e políticas nacionais e internacionais podem desempenhar no tratamento dessas questões, e os papéis de diferentes instituições internacionais nesses processos. Conforme observou o delegado de um país em desenvolvimento, essas diferenças têm conseqüências para o trabalho da UNCTAD. Por exemplo, os países em desenvolvimento gostariam que o programa de trabalho da UNCTAD desse mais ênfase aos percalços que aos alegados benefícios trazidos pelo processo de globalização; mais às dimensões transnacionais dos problemas que às nacionais; mais ao papel da UNCTAD enquanto fórum para deliberação e geração de consenso acerca das políticas econômicas internacionais que ao seu papel enquanto provedor de assistência técnica para que os países implementem medidas tomadas em outros fora. Em suma, eles querem preservar o mandato UNCTAD para tratar de questões de comércio e desenvolvimento, algo que nem a Organização Mundial do Comércio nem as Instituições de Bretton Woods conseguem tratar de maneira apropriada.

Coerentes com suas visões opostas, os países industriais não só foram contra essas premissas como também trabalharam para fazer da UNCTAD um fórum sem sentido, uma cerimônia pró-forma aonde as delegações dos países chegassem com um documento já acordado (tal qual ocorreu na Conferência de Monterrey) e se concentrassem numa série de eventos colaterais fragmentados e na badalada modalidade das "Parcerias". A idéia de uma série de eventos fragmentados que se concentram numa questão apenas faz parte de uma tendência mais ampla por parte dos países industriais, especialmente os Estados Unidos. Ela demonstra uma tentativa de fragmentar o debate – quanto mais as questões forem vistas de maneira sistêmica e holística, menos espaço haverá para apoiar sofismas e crenças enganosas que jazem na raiz das convocações em prol de mais globalização econômica.

Na versão aprovada do texto enviado a São Paulo a fim de ser usado lá como base para as negociações, ficou claro que restam poucas questões por negociar. Entretanto, o fato

de que ainda ocorrerão algumas negociações de verdade na reunião da UNCTAD XI significa que não surtiu resultado a pressão para se obter um documento completo que estivesse pronto com antecedência.

Ao mesmo tempo, a linguagem do documento deixou claro que não é prioritário influenciar o futuro da UNCTAD. Ela é decente o suficiente para que se possa ler um mandato, trazendo à baila as questões e perspectivas dos países em desenvolvimento. Mas a lição aprendida pelos países em desenvolvimento e a sociedade civil nos últimos anos é a de que mais importante que a linguagem no programa de trabalho é a pessoa que a interpreta. De fato, há um limite quanto à precisão da linguagem e as prioridades delineadas num programa de trabalho amplo conforme o que se produziu nas conferências da UNCTAD. A questão fundamental é: será que a liderança da UNCTAD fará uso da linguagem adotada na declaração para defender as preocupações e prioridades dos países em desenvolvimento?

A questão fica ainda mais crucial quando vamos nos aproximando do fim do mandato do Diretor Geral, Rubens Ricupero, antes do fim deste ano. Resta ver se o seu sucessor compreende o papel vital desempenhado pela UNCTAD e tem a coragem, a visão e a habilidade para manobrar em meio à pressão exercida pelos grandes doadores (países industriais, em sua maioria), e isso há de ter grande impacto no futuro da UNCTAD. É portanto crucial, haver uma mistura de comprometimento e liderança do governo desta vez para que a UNCTAD realize seu potencial enquanto fórum para tratar dos assuntos dos países em desenvolvimento no que concerne ao comércio e o desenvolvimento.

Renovado o Mandato do Grupo de Trabalho da ONU sobre um Protocolo Facultativo da ICESCR

Women in Development-Europe (WIDE)

Continuação de um artigo publicado no número de fevereiro de 2004 do Boletim IGTN intitulado "WIDE faz Lobby por um Protocolo Facultativo da ICESCR".

Durante sua 60ª sessão, a Comissão dos Direitos Humanos aprovou mais dois anos para o Grupo de Trabalho em prol de um Protocolo Facultativo da Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ICESCR). O voto a favor da renovação do mandato do Grupo de Trabalho é um sucesso para as várias ONGs trabalhando juntas pela continuidade do processo do Protocolo Facultativo. (Ver WIDE News 2 / 2004 – Lobby da WIDE pelo Protocolo Facultativo da ICESCR).

Se estabelecido, um Protocolo Facultativo iria permitir que indivíduos fizessem suas reclamações diretamente ao Comitê que supervisiona a implementação da Convenção sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e também que se instaurasse um inquérito em caso de violações particularmente graves, em analogia ao Protocolo Facultativo da CEDAW.

Durante a sessão da Comissão dos Direitos Humanos, o Grupo de Trabalho correu risco de ser dissolvido. Várias emendas foram apresentadas pelos governos de posição crítica e contrária, que questionavam a resolução em prol da renovação do mandato para o Grupo de Trabalho do Protocolo Facultativo. Em 19 de abril de 2004, acabou sendo tomada a decisão de "renovar o mandato do grupo de trabalho em aberto por um período de dois anos para considerar as opções relativas à elaboração de um protocolo facultativo da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais". Embora

não houvesse votos contra a resolução, cinco estados se abstiveram de votar: Bahrain, Armênia, Estados Unidos, Arábia Saudita e Qatar.

Esse resultado assegura, por mais dois anos, a continuidade das discussões acerca da elaboração de um Protocolo Facultativo. Entretanto, os resultados até o momento ficaram aquém das expectativas. Embora muitos estados tenham expressado apoio a um Protocolo Facultativo, não surgiu nenhuma minuta de proposta ainda. Os estados que apóiam um Protocolo Facultativo têm enfrentado uma resistência ferrenha dos que não apóiam e questionam todo o processo. Não obstante, essa renovação do mandato do Grupo de Trabalho abre a possibilidade de começar a redação do Protocolo Facultativo até 2006.

Este artigo se baseia num comunicado feito pela FIAN à imprensa em 26 de abril de 2004. Para obter maiores informações, contatar Kofi Yakpo, <mailto:kofi@fian.org> ou visitar <http://www.fian.org>.

Notícias de Genebra: Atualidades OMC

Alexandra Strickner e Carin Smaller, TIP / IATP

CE Exibe mais uma Façanha Publicitária – Muitos Países em Desenvolvimento Continuam Marginalizados

Junto com o colega da Comissão Europeia para a Agricultura Franz Fischler, o Comissário para o Comércio Pascal Lamy enviou uma carta aberta a todos os Ministros do Comércio dos países membros da OMC esta semana. A carta foi divulgada como uma nova abertura nas negociações, onde a CE mostra uma flexibilidade verdadeira e um novo compromisso com a eliminação dos subsídios para exportação.

Mas, depois de toda essa preparação, a carta resultou em leitura bastante decepcionante, pois não continha propostas nem posições novas. Presta-se somente a convencer o público de que a CE está oferecendo imensas concessões para avançar com as negociações e assim tenta aumentar a pressão para que os países em desenvolvimento também façam suas próprias concessões. Nela, a Comunidade assume o compromisso de eliminar todos os subsídios à exportação, mas isso continua na dependência de compromissos paralelos que os Estados Unidos devam assumir no sentido de eliminar todas as formas de concorrência à exportação e de concessões que a CE receba em termos de acesso a mercados e apoio doméstico. A CE reafirma claramente seu compromisso com a fórmula mista de acesso a mercados e indica sua não propensão a introduzir disciplinas para a “caixa verde”. A Comunidade também sugere que o G90 faça a “Rodada Gratuita”, pois aceitará que esse grupo de países não abra seus mercados além do que já está sagrado nos compromissos existentes.

Dizer que os países menos desenvolvidos tenham a “Rodada Gratuita” é uma farsa. A CE continua a fazer pressão para que esses países abram seus mercados de serviços às indústrias europeias e que façam parte das negociações multilaterais na Facilitação do Comércio e possivelmente até nas Compras Governamentais. Na Rodada de Doha, os países em desenvolvimento não concordaram com uma “Rodada Gratuita” e não vão fazê-la. Concordaram com Doha, sim, para mudar um sistema de comércio multilateral altamente distorcido, na tentativa de transformá-lo num sistema de comércio mais justo, que trate de suas necessidades e preocupações. Com essa carta, a CE torna a demonstrar sua desconsideração para com os interesses dos países em desenvolvimento. A bem da verdade, muitos destes em Genebra vêem a carta de Lamy

como uma nova tentativa de dividir o G90 e separar os países menos desenvolvidos de seus aliados em desenvolvimento de forma a avançar com os interesses da UE.

O G20 retruca com um ataque à Fórmula Mista EUA/CE

As negociações em torno da agricultura se concentram atualmente na questão do acesso aos mercados. Como já se destacou aqui, tanto os Estados Unidos quanto a UE querem usar a fórmula mista para calcular as reduções tarifárias. Tem crescido a resistência contra essa fórmula injusta e desigual. Embora somente a Índia tenha criticado essa abordagem depois de Cancun, agora todos os membros do G20 já partilham abertamente da crítica indiana e, em conjunto, rejeitaram a fórmula numa coletiva de imprensa realizada recentemente.

(Ver a declaração em <http://www.tradeobservatory.org/library.cfm?refid=31355>)

No seu entender, a fórmula mista não consegue propiciar melhorias substanciais no acesso aos mercados e leva a cortes nas tarifas médias que serão mais abruptos para os países em desenvolvimento que para os desenvolvidos. Essa posição conta com forte apoio de muitos outros países, inclusive do Grupo de Cairns, da Aliança para Produtos Especiais e Medidas Especiais de Salvaguarda (também conhecida como G33), do G10 (países membros da OCDE com setores domésticos altamente protegidos) e do G90 (a maioria dos países em desenvolvimento).

Apesar do fato de que a recusa coletiva à fórmula mista seja um desdobramento positivo, resta ver que alternativas surgirão. Conforme delegados baseados em Genebra, o G20 está trabalhando em cima de uma abordagem alternativa que iria cuidar das falhas da abordagem EUA/CE e voltar para o mandato de Doha. Entretanto, existe uma forte noção de que o G20 esteja se afastando das prioridades de outros países em desenvolvimento e se articulando com o Grupo de Cairns. Há sinais positivos nessas articulações, tais como uma maior predisposição por parte do Grupo de Cairns no sentido de considerar o Tratamento Especial e Diferencial, os Produtos Especiais e o Mecanismo Especial de Salvaguarda. Mas ainda veremos se uma abordagem alternativa de acesso aos mercados irá cuidar verdadeiramente dos interesses e preocupações de um número maior de países em desenvolvimento como os que estão organizados no G33 e no G90. Diante da tentativa européia de separar os países em desenvolvimento e, em particular, alienar o G90 do G20, estes últimos precisarão tomar sérias providências para manter seus elos com aliados tradicionais tais como o G33, o G90 e o Grupo da África. Especificamente, o G20 precisa oferecer algo mais concreto que o simples reconhecimento da importância de conceitos tais como o dos Produtos Especiais e o do Mecanismo Especial de Salvaguarda.

Temas de Cingapura

Tendo abandonado sua promessa de retirar da agenda da OMC três dos quatro Temas de Cingapura, a UE vem trabalhando agressivamente para manter ativos todos os quatro. Parece estar se formando um consenso de que os países em desenvolvimento devam aceitar as negociações sobre a facilitação do comércio. Mas os delegados dos países em desenvolvimento em Genebra ainda não estão bem certos se um acordo multilateral que obrigue a facilitação do comércio seria apropriado por causa dos problemas relativos aos investimentos em infra-estrutura. Eles temem que sejam forçados a canalizar recursos escassos para o desenvolvimento da infra-estrutura de forma a cumprir os compromissos com a OMC enquanto a maioria sequer dispõe de recursos para garantir acesso aos serviços básicos como saúde e educação.

Ao indicarem sua possível aceitação da facilitação do comércio, os países em desenvolvimento fizeram mais uma concessão, sem conseguirem uma reciprocidade dos países desenvolvidos. Entretanto, a CE continua divulgando que cedeu nessa questão e que se encontra, portanto, à espera de concessões noutras áreas por parte dos países em desenvolvimento. Conforme ficou indicado na carta de Lamy aos Ministros do Comércio, a CE agora pressiona no sentido de incluir as compras governamentais.

Os países em desenvolvimento relatam que o Presidente do Conselho Geral, o embaixador japonês para a OMC, Shotaro Oshima, é um forte defensor da inclusão dos Temas de Cingapura e por isso é visto como bastante parcial nessa questão. Desde que os Grupos de Trabalho para os quatro temas têm se reunido, diz-se que ele se declarou pessoalmente responsável por cuidar muito bem desses Temas.

NAMA e Serviços

Estão paradas as conversações sobre o acesso a mercados não agrícolas (NAMA) e o comércio de serviços. Quanto ao NAMA, os países desenvolvidos continuam fazendo pressão em prol de uma abordagem que inclua uma ambiciosa fórmula de acesso aos mercados. Os países em desenvolvimento rejeitam claramente as propostas sugeridas, que iriam levar a cortes vertiginosos nas tarifas e, por sua vez, prejudicar sua já frágil capacidade de construir indústrias locais ou de manter as existentes.

Nas negociações em torno dos serviços até o momento, nenhuma oferta nova foi posta na mesa, apesar da forte pressão exercida pelos países desenvolvidos e suas indústrias de serviços. Alguns países em desenvolvimento prepararam ofertas, mas não as colocarão na mesa a menos que haja movimento na agricultura. A outros lhes falta a capacidade técnica para participar do processo. Os países em desenvolvimento estão tomando cada vez mais cuidado com as implicações que os compromissos do GATS possam ter sobre seus espaços para políticas nacionais.

Durante a primeira sessão de negociações sobre os serviços depois de retomadas as conversações em fevereiro, uma delegação de mais de 30 indústrias de serviços se reuniu com delegados dos países em desenvolvimento na OMC para lhes falar da importância que a liberalização dos serviços teria para suas economias. A CE reservou salas na OMC para o Fórum dos Serviços Europeus fazer esse lobby. Trata-se de mais um sinal do acesso preferencial para que as empresas multinacionais empurrem sua pauta de interesses nessas negociações.

Caso se chegue a um acordo quanto a um quadro para a agricultura e o NAMA, provavelmente será marcado um novo prazo para entrega de ofertas, tanto novas quanto revisadas, para os serviços. Os países em desenvolvimento com interesses mais ofensivos indicam que qualquer prazo deve estar ligado a uma exigência de melhoria das ofertas existentes.

Mini-Reunião Ministerial em Paris é Crucial para o Futuro das Negociações

Foi realizada em Paris uma mini-reunião ministerial, organizada pelo governo mexicano, de 14 a 16 de maio, paralela à reunião anual da OCDE. Foram convidados cerca de 30 países, inclusive os do Quad e mais Austrália, Índia, Brasil, Quênia, Bangladesh e

Maurício. Esperava-se que a agricultura fosse um dos temas fundamentais das discussões.

Reuniram-se antes da Mini-Ministerial a CE, os EUA, a Austrália, o Brasil e a Índia, tidos como países chave nas conversações relativas à agricultura. Segundo fontes em Genebra, essa reunião já estava planejada há algum tempo e foi descrita como uma sessão de raciocínio conjunto que visava explorar soluções para as questões mais contenciosas, especialmente a agricultura. Vários países em desenvolvimento dentro do G90 expressaram suas preocupações quanto a essa reunião, temerosos de que suas preocupações talvez não fossem abordadas de maneira adequada na sua ausência. Embora a formação do G20 contribua positivamente para uma mudança nas relações de poder dentro da OMC, especialmente nas conversações acerca da agricultura, ainda não se sabe se sua abordagem para o desenvolvimento e sua agenda estão num âmbito mais profundo do que meramente o de assegurar seus interesses relativos ao acesso a mercados.

Quadro antes de Julho é Improvável

Previra-se que a reunião de Paris propiciasse uma indicação clara do que se deve esperar para a próxima reunião do Conselho Geral no fim de julho. Caso se possa chegar a um acordo antes disso, será interessante ver até que ponto se levam em consideração as preocupações acerca do desenvolvimento e com que força o G20 defende os interesses mais amplos dos países em desenvolvimento.

Com tão pouco tempo pela frente, e com posições tão distantes entre si, é difícil imaginar que se atinja um quadro com qualquer tipo de linguagem específica até meados de julho. Nem a CE nem os EUA tem espaço para manobra. Os EUA estão a caminho de sua eleição presidencial e a CE está às voltas com a reforma da política agrícola comum. Além disso, ambos demonstraram que, embora queiram negociar, não estão dispostos a mudar suas conhecidíssimas posições básicas. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento reforçam que só concordarão com um quadro que respeite plenamente as diretrizes políticas apresentadas no Mandato de Doha.

Caso não se chegue a um acordo quanto a um quadro, algumas fontes de Genebra sugerem que se possa chegar a um acordo quanto a uma declaração geral da presidência. A natureza de um documento assim estaria mais alinhada com o Mandato de Doha, repetindo o que ali se acordou. Para que serviria um documento assim, especialmente para os países em desenvolvimento, é o que se questiona. Para Lamy e Zoellick, à frente das negociações pela CE e pelos EUA, o interesse por um documento assim está claro, já que ambos largam seus postos este ano e querem deixar o palanque do comércio com um sucesso nas mãos. O interesse que têm pelos países em desenvolvimento está menos claro. Uma razão possível seria que os membros da OMC querem mostrar para o mundo lá fora que as negociações não estão paradas, quando na realidade estão. A coisa toda parece girar em torno de assegurar a sobrevivência de uma agenda que perdeu de vista seus objetivos iniciais de cuidar das preocupações desenvolvimentistas dos seus membros em desenvolvimento.

Para ter acesso à íntegra do relatório, visite <http://www.igtn.org/Updates/updates.html>

IGTN em Ação

CAFTA Assinado em 28 de maio de 2004

Farah Nageer, Secretária da IGTN

O acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e a América Central foi realizado em 28 de maio de 2004 na Organização dos Estados Americanos em Washington. O CAFTA, na sigla em inglês, foi assinado por Zoellick e os ministros do comércio dos cinco países centro-americanos participantes em nome cada qual de seu país. O acordo agora poderá ser submetido a uma votação do tipo “sim” ou “não” pelos parlamentares dos Estados Unidos e da América Central a qualquer momento depois dessa assinatura. Mas os políticos centro-americanos relutam em votar o acordo antes da aprovação pelos Estados Unidos.

Os Estados Unidos concluíram um acordo de livre comércio com a República Dominicana em março de 2004 e a expectativa é de que consigam levar aquele país a entrar no CAFTA. Representantes dominicanos foram convidados a observar a assinatura. Entretanto, pela lei estadunidense, o acordo entre os EUA e a RD não pode ser assinado pelo menos antes de 25 de junho, depois de um período obrigatório de 90 dias em consulta pública entre a divulgação e a assinatura de fato, durante o qual o Congresso o analisa. O gabinete de representação norte-americana para o comércio pretende submeter o CAFTA e o acordo EUA-RD num único pacote para aprovação do Congresso, mas o prazo para tal ainda não foi divulgado.

Ambiente Político

A assinatura chega num momento em que existe muita preocupação entre os políticos norte-americanos quanto aos benefícios desse acordo comercial e um acirrado debate quanto à inclusão de dispositivos trabalhistas e ambientalistas para os países centro-americanos. Existem também questões mais amplas acerca do impacto do CAFTA sobre o desenvolvimento na região e alguns representantes apóiam um voto negativo para esse acordo comercial, pois ele promete reproduzir impactos desenvolvimentistas negativos e não positivos sobre as mulheres, as famílias e as comunidades em toda a América Central. No dia 14 de maio, por exemplo, a deputada norte-americana Hilda Solis, juntamente com as colegas Louise Slaughter (NY), Jan Schakowsky (IL) e Marcy Kaptur (OH), passaram uma circular do tipo “Caro Amigo/a” aos demais parlamentares onde se incluía uma carta escrita por participantes da Rede de Gênero e Comércio dos EUA (USGTN) e da Las Dignas de El Salvador. Seu objetivo era informar os parlamentares sobre a vasta oposição ao CAFTA por um copioso número de organizações norte-americanas e centro-americanas preocupadas com o *empowerment* econômico das mulheres no mundo inteiro.

Apesar das questões existentes sobre os supostos benefícios dos acordos de livre comércio como o CAFTA, os Estados Unidos continuam a avançar com sua agressiva agenda bilateral nas Américas e no mundo inteiro. Em 18 de maio, deram início a negociações com os países andinos – Colômbia, Peru e Equador – e já concluíram a primeira rodada. A Bolívia, embora não esteja participando das negociações, pode vir a assinar o acordo posteriormente. O USTR declarou que espera ter concluído o Acordo de Livre Comércio EUA-Países Andinos até o início de 2005. Os Estados Unidos concluíram acordos de livre comércio recentemente com a Austrália e o Marrocos e também estão envolvidos em conversações informais com o co-presidente Brasil para sanar diferenças

que emperraram as negociações da ALCA desde fevereiro de 2004. Eles esperam retomar as negociações com os 34 países envolvidos na ALCA e prosseguir com a reunião ministerial marcada para junho em Puebla, no México.

Esforços da Sociedade Civil

Grupos da sociedade civil em toda a América Central vêm organizando protestos, fazendo lobby junto a autoridades e convocando seus governos a não assinar o acordo. Mas esses grupos enfrentam o desafio de convencer a população de que o CAFTA não trará os benefícios que promete. Enquanto grande fatia da população nos Estados Unidos continua a ignorar o que é o CAFTA, o povo na América Central tem sido mal informado sobre os supostos benefícios desse acordo.

Entrementes, as organizações da sociedade civil nos Estados Unidos responderam à assinatura do acordo em 28 de maio com passeatas e comícios contra o CAFTA e uma grande cobertura da mídia. Esses grupos também estão ativamente engajados em campanhas informativas para conscientizar a população em todo o país sobre o potencial de impactos negativos do CAFTA. A USGTN já vem elaborando e distribuindo material informativo e instrucional sobre o CAFTA há um ano.

Também foram tomadas providências conjuntas entre os grupos dos Estados Unidos e da América Central para elaborar materiais de orientação para a incidência na campanha contra o CAFTA. A carta e o documento para discussão sobre os impactos potenciais do CAFTA sobre as mulheres na região aos quais aqui se fez referência anteriormente formam um bom exemplo das estratégias transfronteiriças de incidência. A carta, minutada e traduzida por representantes da Rede do Gênero e Comércio nos EUA e do grupo Las Dignas, circulou então pelos Estados Unidos e por toda a América Central e Latina a fim de atingir uma ampla gama de organizações de mulheres, de militantes em prol do desenvolvimento e das questões sociais, antes de chegar às mãos dos políticos norte-americanos.

No mesmo dia da assinatura, o Representante dos Estados Unidos para o Comércio Robert Zoellick anunciou que o governo norte-americano muito provavelmente não irá apresentar o CAFTA para votação até que tenham se passado as eleições presidenciais de novembro. Isso é uma vitória para o movimento anti-CAFTA e outros militantes da sociedade civil que continuarão nos energizando enquanto prosseguimos lutando contra a aprovação e implementação do acordo. Enquanto os políticos centro-americanos se miram nos seus colegas norte-americanos para ver como eles irão votar, nós precisamos manter nosso ímpeto e nossos esforços no sentido de expormos os impactos negativos do CAFTA sobre os pequenos proprietários rurais da América Central, sobre os trabalhadores, as mulheres e as famílias, os povos indígenas, e todos os que precisam de remédios essenciais dentre outras coisas, para conseguirmos evitar a implementação de mais um acordo comercial falho.

As políticas comerciais podem apoiar o desenvolvimento de mulheres, famílias e comunidades em toda a América Central, mas se não conduzirmos avaliações do impacto que os acordos anteriores causaram em termos de gênero, bem como em termos sociais e desenvolvimentistas, continuaremos sem perceber o que não funciona e deixaremos passar oportunidades de fazer com que o comércio trabalhe para as pessoas em situação de pobreza.

Para ver o abaixo-assinado das Mulheres Dizem Não ao CAFTA e o documento para discussão, visite http://www.igtn.org/NorthAmerica/North_America.htm.

Leia sobre os possíveis impactos do CAFTA em termos de gênero:
http://www.coc.org/resources/articles/cf163_505_women.pdf.

Oficina de Capacitação de Treinadores da Ásia Central

Quirguisistão, de 31 de maio a 4 de junho de 2004

Membros da nova sub-região da IGTN, a da Ásia Central, irão participar de uma Oficina de Capacitação de Treinadores entre 31 de maio e 04 de junho de 2004 em Bishkek, no Quirguisistão. Representantes das áreas de pesquisa do Uzbesquistão, Cazaquistão, Quirguisistão e Tajiquistão darão um parecer sobre a situação sócio-econômica em seus países e se concentrarão no impacto sobre o gênero e o comércio.

Gulnora Makhmudova, da IGTN – Ásia Central, e Gigi Francisco, da IGTN – Ásia, irão organizar e conduzir um seminário de treinamento. Francisco e a colega da IGTN – Ásia Marina Durano irão guiar o exame que os participantes farão de onde se encontra o gênero nos acordos internacionais de comércio, e apresentar conceitos econômicos fundamentais, como a liberalização do comércio. Francisco e Durano também estarão mostrando elos entre gênero, pobreza e crescimento econômico, e explicando a relação entre as políticas do FMI, do Banco Mundial e de outras instituições financeiras internacionais e as da OMC.

Durante os dois últimos dias da oficina, os participantes irão identificar metas e objetivos de pesquisa, e atividades a serem realizadas nos níveis nacional e regional, e irão ainda traçar planos preliminares de pesquisa para dar forma à pesquisa de gênero e comércio no âmbito da região da Ásia Central.

Para obter maiores informações, contatar:

Gulnora Makhmudova em

bwa-gmn@globalnet.uz

ou Gigi Francisco em

gigifran_1999@yahoo.com.

Seminário Regional: Liberalização do Comércio e Globalização

República Dominicana, de 03 a 05 de junho de 2004

Patrocinado pela Fundação Heinrich Boell, este seminário se concentrará nos vários acordos de livre comércio que envolvem países latino-americanos e caribenhos, e seus impactos sobre o desenvolvimento e os direitos humanos, sociais e culturais, sexuais e reprodutivos para os países da região.

Representantes de grupos e movimentos de mulheres na região, inclusive membros da Rede de Gênero e Comércio Caribenha (CGTN), irão divulgar o que fizeram em resposta aos vários acordos de livre comércio, inclusive as atividades de incidência, formação e pesquisa. Serão feitas apresentações sobre o direito à água, ao emprego e aos direitos humanos nas *maquilas*, e os participantes irão elaborar uma estratégia de ação política e acordos para ações futuras.

Para obter maiores informações, contatar Nelcia Robinson em cafrainfo@wow.net.

Recursos de Gênero e Comércio

→ **Vendo a Economia Através dos Olhos das Mulheres**

Uma resenha da *Women In Development-Europe*

A Plataforma Nacional Irlandesa da WIDE, Banúlacht, uma organização feminista de formação em desenvolvimento trabalhando com organizações de mulheres que tenham sede na Irlanda, lançou recentemente o *Looking at the economy through women's eyes - A facilitator's guide for economic literacy* (Guia do facilitador para a alfabetização econômica – Vendo a economia através dos olhos das mulheres).

Esse Guia do Facilitador foi publicado com a intenção de respaldar o trabalho de facilitadores, tutores, trabalhadores em geral, e de todos os que trabalham com formação em desenvolvimento, a empreenderem a tarefa de dar treinamentos em alfabetização econômica a partir de uma ótica feminista. A metodologia do treinamento e os recursos da oficina no guia do facilitador se baseiam na experiência da Banúlacht em elaborar e ministrar treinamentos de alfabetização econômica. A produção desse guia teve início em 1997 quando a Banúlacht começou a elaborar treinamentos com base no manual de alfabetização econômica da WIDE, o "Women in the market" (Mulheres no Mercado). Desde 1999, a Banúlacht organizou 35 oficinas de alfabetização econômica com 21 organizações de mulheres. Através do treinamento, os participantes começaram a se dar conta de seu próprio conhecimento da economia. Reconheceram também seu direito a criticar políticas governamentais com base em sua experiência vivida nos trâmites da economia. E mais ainda, exploraram quadros com os quais podem analisar e criticar as políticas econômicas.

O guia do facilitador é uma compilação de recursos e atividades que foram experimentados e elaborados através da interação com essas mulheres. O guia é voltado para instrutores ou facilitadores que já tenham experiência e formação no planejamento de sessões de treinamento bem como experiência prática com a tarefa do facilitador ou apresentador. O material serve para grupos que querem desenvolver uma conscientização básica sobre a questão.

Divide-se em duas partes. A primeira faz um apanhado geral da alfabetização econômica a partir de duas óticas distintas: metodologia e conceitos e análises. A segunda está organizada em torno de cinco áreas conceituais, cada qual se concentrando num tema diferente:

- Gênero, cuidados e a economia
- Crescimento econômico: Uma medida do bem-estar?
- Orçamento para o gênero
- Globalização e comércio
- Questionando o neo-liberalismo: Uma abordagem dos direitos humanos

Cada seção contém uma visão geral do conceito em questão que foi elaborada para dar ao facilitador uma compreensão mais ampla dos conceitos e da terminologia fundamentais, e inclui referências quanto a recursos e um aprofundamento da leitura.

Para encomendar um exemplar desse guia para facilitadores, contatar a autora do livro, Maeve Taylor em:
banulach@iol.ie.

→ **Acordos Comerciais, Cuidados no Lar e Saúde da Mulher**

Olena Hankivsky e Marina Morrow, com Pat Armstrong, Lindsey Galvin e Holly Grinvalds

Este estudo investigativo, financiado pelo Fundo de Pesquisa sobre o Status da Mulher para as Políticas Públicas do Canadá, busca compreender mais profundamente o impacto da liberalização do comércio sobre as mulheres canadenses no setor dos cuidados domésticos do campo da saúde. Numa análise preliminar, o estudo revela as maneiras desiguais como os acordos internacionais de comércio podem afetar a prestação de serviços públicos de atendimento e promoção da saúde. O relatório termina com recomendações para se analisar, a partir da ótica do gênero, as políticas comerciais dos acordos existentes e futuros.

Este documento pode ser baixado a partir do site da Status of Women Canada:

<http://www.swc-cfc.gc.ca/>.

→ **“Exportações de Mudanças de Flores, Mão-de-obra Feminina e Participação Comunitária no Planalto Equatorial” – Tanya Korovkin**

Publicado no número de julho de 2003 da revista *Perspectivas Latino-americanas* (Vol. 30, nº 4), este artigo começa com uma análise das políticas do FMI e do Banco Mundial no início da década de 1990 que forçava muitos países a adotarem estratégias neoliberais para a economia e o desenvolvimento, tais como o rápido investimento estrangeiro direto e as indústrias de crescimento voltado para a exportação, como a de exportação de mudas de flores. A autora examina as causas do emprego feminino e seus efeitos sobre o status social, as relações familiares e a participação comunitária, através de um enfoque sobre a indústria de mudas de flores no Equador, que emprega primordialmente mulheres.

Avisos

→ **9ª Sessão da Conferência Regional sobre as Mulheres na América Latina e no Caribe**

México, de 08 a 12 de junho de 2004

A 9ª Conferência Regional irá examinar, acompanhar e avaliar os compromissos internacionais assumidos no Plano de Ação Regional para as Mulheres na América Latina e no Caribe, e também fará um resgate dos compromissos assumidos pelos governos na Plataforma de Beijing para Ação na 4ª Conferência Mundial das Mulheres em 1995.

Haverá uma reunião prévia das ONGs, coordenada pela Milênio Feminista, entre 8 e 9 de junho de 2004. Durante essa reunião, as ONGs irão fortalecer e aprofundar as iniciativas que estão sendo desenvolvidas no nível sub-regional a fim de assegurar a incorporação de uma perspectiva de gênero na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas orientadas para as mulheres e para a erradicação da pobreza.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) irá se reunir entre 10 e 12 de junho de 2004. Será apresentado nessa conferência um documento, que se intitula “Caminhos para a igualdade de gênero na América Latina e no Caribe” e aborda temas como a pobreza, a economia e a igualdade de gênero. A sessão da CEPAL também irá propiciar um fórum para englobar a contribuição que a região dará para a Comissão sobre o Status da Mulher – 2005.

Representantes da Rede do Gênero e Comércio da América Latina (LAGTN) e da Rede do Gênero e Comércio do Caribe (CGTN) irão participar de ambas as conferências, tanto a oficial da CEPAL quanto a das ONGs.

Para obter maiores informações sobre a reunião das ONGs, contatar Milenio Feminista através do endereço:

milenio@laneta.apc.org

ou do tel: 52-55-5553-1457

e para maiores informações sobre a reunião da CEPAL, contatar Sonia Montaña através do endereço:

smontano@eclac.cl

ou do tel: (5 62) 210 2100.

→ **O Feminismo Contestando a Globalização**

Dublin, Irlanda, de 08 a 10 de julho de 2004

Sediada pelo Centro de Educação, Pesquisa e Recursos para as Mulheres, esta conferência irá se concentrar nas políticas e teorias do feminismo e o relacionamento entre o feminismo e as atuais tendências na globalização.

Para maiores informações, visitar:

http://www.ucd.ie/werrc/events/ev_conf_2004_2.html.

Links relacionados

Gênero e Desenvolvimento

→ **Siyanda** é um banco de dados *online* sobre recursos ligados a gênero e desenvolvimento. Ali também há um espaço para compartilhar informações onde ativistas podem trocar idéias, experiências e materiais.

O número de maio de 2004 do Siyanda Update se concentra na água e no papel central que as mulheres desempenham no abastecimento e distribuição da água.

Para saber mais, visite www.siyanda.org

→ **Gênero no Trabalho** é uma rede de capacitação e conhecimento, voltada para o gênero e para mudanças institucionais, que visa desenvolver novas teorias e práticas sobre como as organizações podem mudar as regras institucionais com viés de gênero (distribuição de poder, privilégios e direitos), valores (normas e atitudes) e práticas. Gênero no Trabalho também visa mudar os sistemas político e cultural, bem

como os sistemas de conhecimento e prestação de contas das organizações, de forma a questionar as normas sociais e a desigualdade de gênero.

Para maiores informações sobre Gênero no Trabalho, visite www.genderatwork.org.

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para secretariat@iqtn.org e coloque “assinar” na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN na Internet:
<http://www.iqtn.org/Bulletins/Bulletins.html>